



EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A análise dos elementos estruturais do mercado de trabalho português deverá ter presente o facto deste partilhar características comuns a outras economias da Europa do Sul.

A semelhança do sistema de segurança de emprego, do desenho do sistema de negociação salarial, dos mecanismos de protecção ao emprego ou da organização sindical e patronal entre países como Portugal, a Espanha, a Itália, a Grécia e a França ajuda a perceber que estes países apresentem resultados idênticos (Bover, et al., 2000). Assim, as indicações da importância do desemprego de longa duração, da elevada presença de trabalhadores por conta própria, ou a da fraca representação de trabalhadores com horário incompleto são lidas como traduzindo o efeito das mesmas instituições do mercado de trabalho.

Em traços largos, a evolução do mercado de trabalho português ao longo do quadriénio 1998-2001 foi condicionada pela acentuação de algumas tendências estruturais iniciadas anteriormente.

Genericamente, a evolução do emprego (e do desemprego) continuou a espelhar uma forte sensibilidade cíclica. Em termos agregados, o comportamento da procura de trabalho reflectiu os elevados níveis da actividade económica ao longo do período

Pedro Portugal,
Universidade de Lisboa

considerado. Em especial, o crescimento do emprego foi alimentado por elevados fluxos imigratórios de trabalhadores estrangeiros, sobretudo nos sectores da construção e dos serviços.

Este contingente de trabalho ajudou a compensar a forte quebra de oferta de trabalho por parte dos jovens nacionais (amplificada pela alteração da legislação sobre o horário de trabalho). De facto, a participação dos jovens no mercado de trabalho continuou a ser influenciada pela diminuição da taxa de fertilidade ocorrida há duas décadas e por um crescente investimento em capital humano realizado através dum maior empenhamento no sistema de educação formal.

Em Portugal, cerca de 60 por cento dos recrutamentos de trabalhadores por conta de outrem ocorrem através de contratos a termo. Simetricamente, 50 por cento do total de separações corresponde à cessação de contratos a termo (Varejão e Portugal, 2003).

Ao longo de 1998-2001 acentuou-se significativamente a presença de trabalhadores com contrato não-permanente no stock de trabalhadores por conta de outrem. Esta tendência traduz, por um lado, a resposta à evolução cíclica do emprego, e, por outro lado, a inadequação da legislação sobre protecção ao emprego às novas condições de produção (Blanchard e Portugal, 2001). É ainda provável que, dadas as restrições legais à realização de contratos a termo, uma parte não-negligenciável do aumento de contratados a prazo tenha sido gerada pelo aumento explosivo da actividade de empresas de trabalho temporário.

Ao longo deste período, continuaram a aumentar as qualificações dos trabalhadores portugueses, traduzindo um esforço de recuperação em relação aos ainda muito distantes padrões europeus. O investimento em capital humano, porém, não tem sido homogéneo. Tem-se vindo a acentuar o fosso de qualificações académicas entre homens e mulheres, fazendo com que a presença do género feminino seja maioritária entre os licenciados e as profissões técnico-científicas. Este desenvolvimento tem contribuído para que o hiato entre os salários dos homens e das mulheres se tenha atenuado e que, em certos sectores de actividade (por exemplo, na administração pública, saúde e ensino), apesar da penalização associada à discriminação sexual, a remuneração média líquida das mulheres tenha ultrapassado a dos homens (Portugal e Centeno, 2002).

A integração da mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho foi facilitada pela forte expansão do emprego no sector público da economia, em especial, na administração pública, saúde e ensino, que tem vindo a absorver cerca de 50 por cento do fluxo anual de novos licenciados produzidos pelas universidades portuguesas.

A evolução previsível do mercado de trabalho português deixará de ser favorecida pelo bom andamento do ciclo económico, agora numa fase de desaceleração da actividade económica, e pela expansão do emprego público, agora afectada pela pressão exercida pelas restrições orçamentais. O efeito conjugado da quebra antecipada da taxa de chegada de ofertas de emprego com a deficiência dos mecanismos de incentivos associados ao sistema de suporte social ao desemprego (Addison e Portugal, 2002 e 2003), tenderá a gerar situações de desemprego crónico.

Referências Bibliográficas

- Addison, John T. e Pedro Portugal (2002) "Search Methods and Outcomes," Oxford Economic Papers, 54.
- Addison, John T. e Pedro Portugal (2003) "Unemployment Duration: Competing and Defective Risks," Journal of Human Resources, 38.
- Blanchard, Olivier e Pedro Portugal (2001) "What Hides behind an Unemployment Rate: Comparing Portuguese and U. S Labor Markets," American Economic Review, 91.
- Bover, Olympia, Perea, Pilar-Garcia, e Pedro Portugal (2000) "Labour Market Outliers: Lessons from Portugal and Spain," Economic Policy, 31.
- Portugal, Pedro e Mário Centeno (2002) "Os Salários da Função Pública" Boletim Económico do Banco de Portugal, Setembro.
- Varejão, José e Pedro Portugal (2003) "Why do Firms Use Fixed-term contracts?" Mimeo.

EMPREGO, SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

População activa cresceu ininterruptamente entre 1998 e 2001

A população residente total foi estimada, em 2001, em cerca de 10 304,9 mil indivíduos¹ representando um crescimento de 1,7% face a 1998. O crescimento na população activa estimada foi ainda superior, 3,8% entre 1998 e 2001 (2,8% nos homens e 5,2% nas mulheres). Este maior dinamismo por parte da população activa foi responsável pela variação positiva da taxa de actividade (relação entre a população activa e população total) ocorrida neste período, fixando-se nos 51,6% em 2001 (mais 1,1 pontos percentuais face a 1998).

Um dos factores que, provavelmente, terá contribuído para este comportamento da taxa de actividade consiste no aumento do peso da população estrangeira residente em Portugal que praticamente duplicou na década de 90².

Quadro 4.1

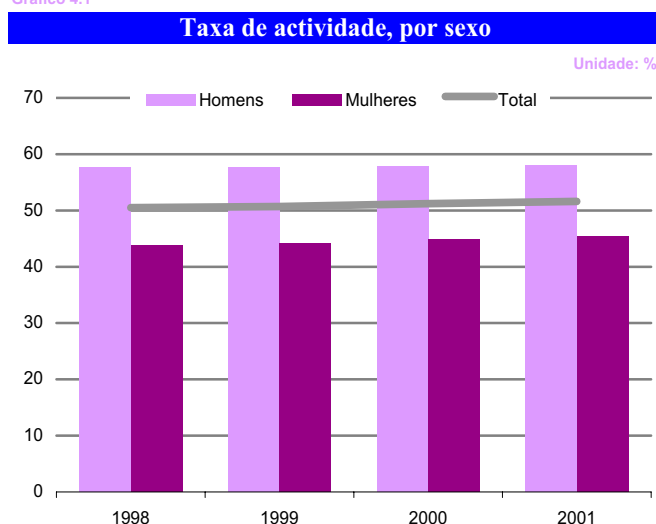
		População total ⁽¹⁾ e população activa, por sexo			
		Unidade: milhares			
		1998	1999	2000	2001
População Total	HM	10 129,1	10 170,5	10 229,1	10 304,9
	H	4 883,9	4 905,4	4 935,9	4 976,1
	M	5 245,2	5 265,1	5 293,2	5 328,8
População Activa	HM	5 117,0	5 155,4	5 234,5	5 314,0
	H	2 815,3	2 825,8	2 857,1	2 892,8
	M	2 301,7	2 329,6	2 377,4	2 421,2

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Ao longo do período em análise, verificou-se sempre uma maior participação masculina no mercado de trabalho. Em 2001, a taxa de actividade masculina atingiu o valor mais alto dos últimos quatro anos (58,1%) sendo claramente superior à feminina (45,4%). O diferencial entre estas duas taxas conheceu uma diminuição neste período, passando de 13,7 pontos percentuais em 1998 para 12,7 pontos percentuais em 2001. Para esta evolução contribuiu o facto das mulheres terem conhecido (face aos homens) uma menor taxa de crescimento da população total estimada e uma maior variação positiva na população activa.

O quadro 4.2 permite-nos concluir que em 2001 e para qualquer um dos grupos etários considerados, as taxas de actividade em Portugal são superiores às do conjunto dos países da União Europeia (UE)³. A taxa de actividade na faixa etária dos 15 aos 24 anos é aquela que apresenta uma maior disparidade entre os vários estados membros da UE (os 33,6% da Bélgica contrastam com os 73,6% da Holanda). Uma possível explicação, reside nas diferentes combinações encontradas pelos jovens europeus entre a escola e o emprego.

Gráfico 4.1



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Quadro 4.2

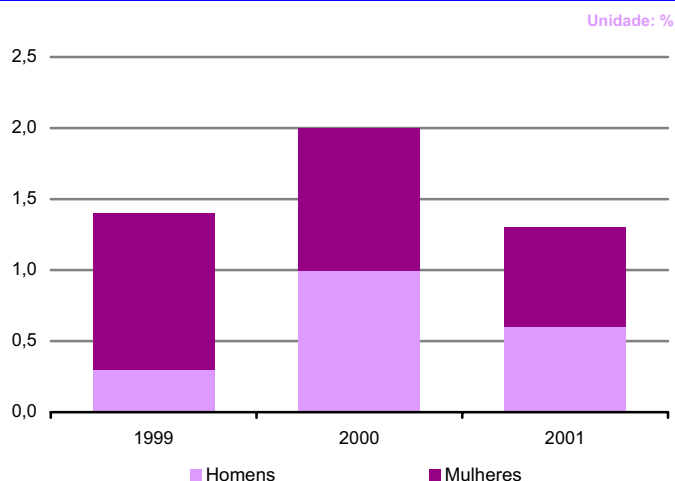
Taxa de actividade, por grupo etário, na União Europeia				
2001	15-24	25-49	15-64	50-64
	Unidade: %			
UE - 15	47,2	83,8	69,0	53,9
Bélgica	33,6	83,6	63,6	42,1
Dinamarca	67,2	88,3	79,2	68,7
Alemanha	50,4	86,3	71,3	55,5
Grécia	36,2	79,7	62,1	48,2
Espanha	43,4	79,8	64,5	50,8
França	35,8	87,1	68,6	53,4
Irlanda	50,1	80,9	67,6	55,7
Itália	36,3	77,2	60,3	40,9
Luxemburgo	34,5	81,9	64,1	41,4
Holanda	73,6	86,1	75,7	54,7
Austria	54,7	86,7	70,7	45,9
Portugal	47,5	86,7	71,7	61,0
Finlândia	62,9	88,7	77,1	65,3
Suécia	40,7	86,5	75,3	76,1
Reino Unido	62,0	84,7	75,2	64,1

Fonte: EUROSTAT - NewCronos

O EMPREGO

Gráfico 4.2

Contribuição para o crescimento do emprego, por sexo



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

Papel activo das mulheres no crescimento do emprego

A evolução económica favorável conhecida entre 1998 e 2001, possibilitou o forte crescimento do emprego. Em 2001, estavam empregados cerca de 5 098,4 mil indivíduos (mais 1,4% e 4,8% do que em 2000 e 1998, respectivamente).

A contribuição dos homens e das mulheres para o crescimento do emprego variou bastante ao longo dos últimos quatro anos. Em 1999, observou-se uma forte contribuição das mulheres na expansão da população empregada. Contudo, em 2000 e em 2001, esta diferença reduziu-se substancialmente.

Este maior contributo das mulheres na criação de emprego resultou numa maior proporção de empregos detidos pelo sexo feminino (45,1% em 2001 que compara com 45,0% em 2000, 44,9% em 1999 e 44,4% em 1998).

A análise da composição etária do emprego entre 1998 e 2001 (ver gráfico 4.3), permite concluir que o grupo etário dos 15 aos 24 anos foi o único que apresentou uma tendência decrescente (variação negativa de 4,6% entre 1998 e 2001). Importa salientar, no entanto, que a população total e a população activa dos 15 aos 24 anos sofreram uma redução de 4,5% e 5,7%, respectivamente. Esta evolução, permitiu que a taxa de emprego nesta faixa etária se situasse, em 2001, nos 90,6% (mais 1 ponto percentual que em 1998).

Em qualquer dos quatro anos observados, o grande ímpeto para o crescimento do emprego proveio da população com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos e com 45 e mais anos.

Taxa de emprego dos portugueses com 65 e mais anos é a maior da União Europeia

A Estratégia Europeia para o emprego permitiu a definição de um conjunto de medidas de modo a promover o emprego e, por sua vez, o alcance de um maior nível de Coesão Social e sustentabilidade dos sistemas de protecção social. A Cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000, definiu como meta para a taxa de emprego⁴, a atingir em 2010, um valor o mais próximo possível dos 70%.

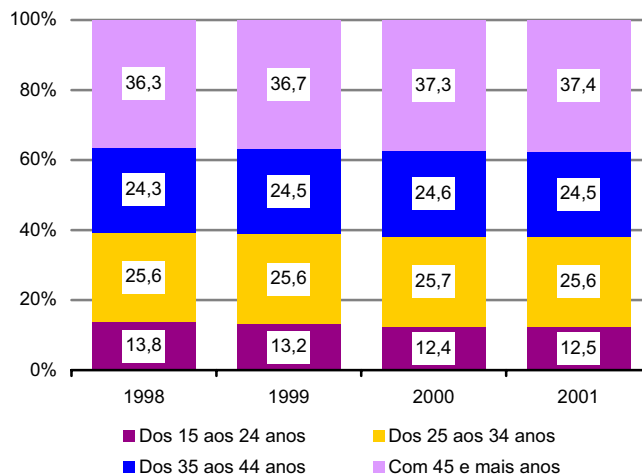
Através do gráfico 4.4 constatamos que a taxa de emprego (dos 15 aos 64 anos) de 68,8% verificada em Portugal, em 2001, se encontrava bastante próxima da meta referida acima e superior à verificada na UE (63,8%). A Itália, a Grécia e a Espanha registaram as menores taxas de emprego (54,5%, 55,6% e 56,1%, respectivamente). Noutro extremo, encontravam-se a Dinamarca (75,9%) e a Holanda (74,1%).

À medida que se caminha para idades mais avançadas, as pessoas activas tendem, naturalmente, a deixar o emprego. Daqui deriva uma forte redução da taxa de emprego na média da UE, sendo que dos 60 aos 64 anos tomou o valor de 23,4%, dos 65 aos 69 anos 6,7% e dos 70 aos 74 anos 3,0%. Ao contrário do verificado na quase totalidade dos outros estados membros, os portugueses com idades acima dos 59 anos tendem a continuar no mercado de trabalho (ver gráfico 4.4). Para os grupos etários referidos anteriormente, as taxas de emprego em Portugal tomaram o valor de 44,8%, 28,2% e 20,2%, respectivamente. A necessidade de criação de rendimento através do trabalho pelos indivíduos mais idosos, parece exercer, sobre os portugueses, um efeito mais forte que a natural diminuição na participação dos mais idosos no mercado de trabalho.

O trabalho por conta de outrem foi a componente que mais contribuiu para o crescimento verificado no emprego, apresentando uma variação superior à verificada no emprego total. A perda de postos de trabalho fez-se sentir ao nível dos trabalhadores por conta própria como isolados e dos trabalhadores familiares não remunerados e outros.

Gráfico 4.3

Estrutura da população empregada, por grupo etário



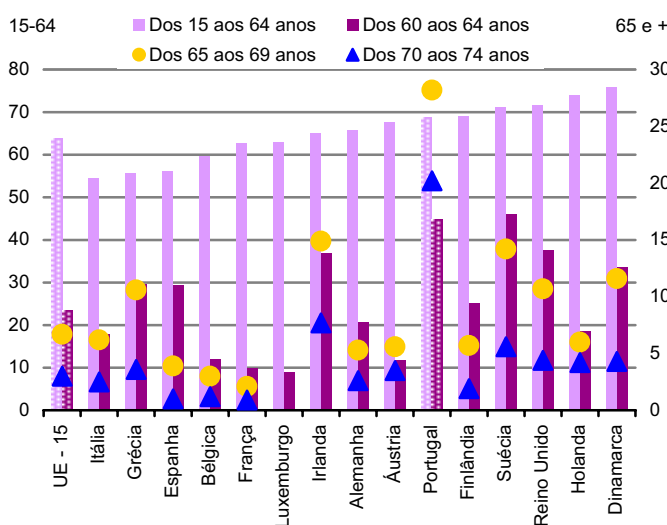
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.4

Taxa de emprego, por grupo etário, na União Europeia

2001

Unidade: %



Nota: As taxas de emprego para o Luxemburgo nos grupos etários dos 65 aos 69 anos e dos 70 aos 74 anos não se encontram disponíveis.

Fonte: EUROSTAT – Inquérito às Forças de Trabalho

Quadro 4.3

Estrutura do Emprego, por situação na profissão					
	Unidade: milhares				
	1998	1999	2000	2001	Contribuição para a variação entre 1998 e 2001 (em %)
Total	4 863,3	4 928,7	5 028,9	5 098,4	4,8^(*)
Trabalhador por conta de outrem	3 467,8	3 563,3	3 651,8	3 705,2	4,9
Trabalhador por conta própria como isolado	947,3	916,2	883,2	936,6	-0,2
Trabalhador por conta própria como empregador	299,9	299,5	301,0	314,5	0,3
Trabalhador familiar não remunerado e outros	148,2	149,7	192,9	142,1	-0,1

(*) Por questões de arredondamento o total não é igual à soma das diferentes parcelas.

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A desagregação do crescimento do emprego por tipo de contrato é reveladora do forte contributo dos contratos não permanentes e em particular dos contratos com termo, em qualquer dos anos observados. Contudo, em 2001, assiste-se a uma perda de dinamismo pelos contratos não permanentes na explicação do aumento da população empregada. Saliente-se, no entanto, a forte variação verificada neste ano na utilização de contratos com termo. Em 2001, cerca de 558,5 mil indivíduos trabalharam com contratos a termo, representando um crescimento de 11,8% face ao ano anterior (mais 59,1 mil postos de trabalho).

Quadro 4.4

Trabalhadores por conta de outrem, segundo o tipo de contrato				
	Unidade: milhares			
	1998	1999	2000	2001
Total	3 467,8	3 563,3	3 651,8	3 705,2
Contrato permanente	2 870,0	2 897,4	2 926,4	2 948,8
Contrato não permanente	596,9	665,9	725,3	756,4
Contrato com termo	422,5	467,4	499,4	558,5
Não sabe/não responde	0,9	-	-	-

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

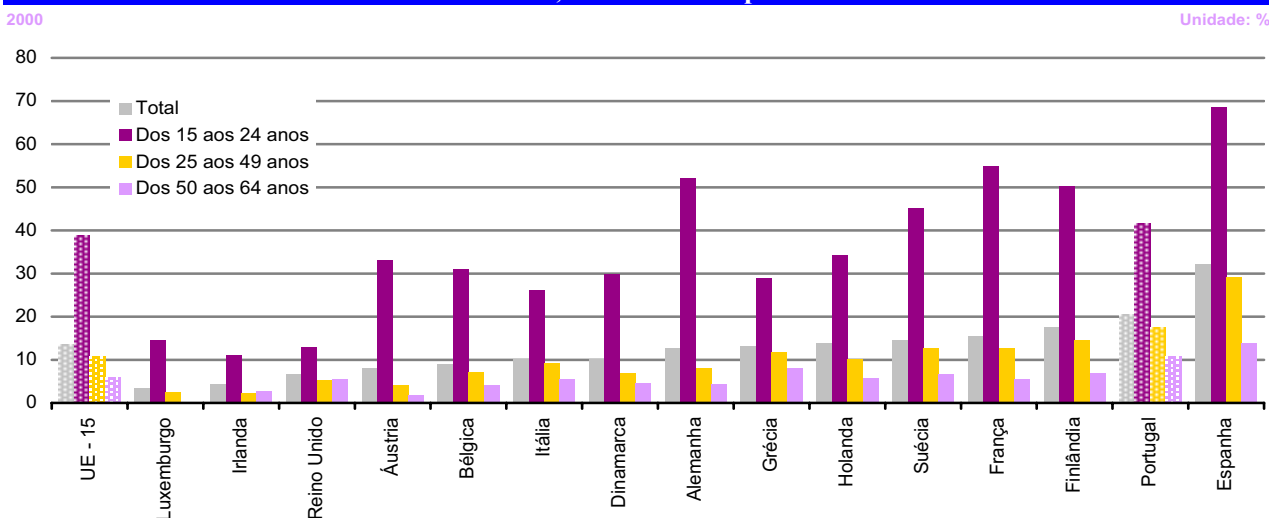
O forte dinamismo na utilização dos contratos não permanentes por parte dos portugueses conduziu a que a Espanha fosse o único Estado membro, em 2000, a ultrapassar Portugal em termos de penetração deste tipo de relação contratual (32,1% contra os 20,4% de Portugal). Conforme se pode constatar pelo gráfico 4.5, a realidade é muito díspar entre os diferentes países. No Luxemburgo, esta percentagem fica-se pelos 3,4%. Na UE, a contratação não permanente abrangia 13,4% dos trabalhadores por conta de outrem.

Esta relação contratual apresenta uma maior incidência junto dos trabalhadores entre os 15 e os 24 anos (41,5% em Portugal e 38,9% para a UE). A forte utilização na Espanha (68,6%) é acompanhada pela França (54,9%) e pela Alemanha (52%). Porém, à excepção da Espanha, todos os países que estavam acima de Portugal (no grupo etário dos 15 aos 24 anos) na utilização deste tipo de contrato, vêem a sua posição inverter-se quando se consideram os trabalhadores entre os 25 e os 49 anos. A Alemanha (44,1 pontos percentuais) e a França (42,3 pontos percentuais) constituem os países em que é mais significativa a diminuição da representatividade dos contratos não permanentes. Na UE, 6% dos trabalhadores por conta de outrem, dos 50 aos 64 anos, trabalhavam com contrato não permanente (10,8% em Portugal e 13,9% na Espanha).

Parece existir alguma evidência que aponta no sentido de os estados membros converterem com diferentes velocidades os contratos não permanentes em contratos permanentes.

Gráfico 4.5

Proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente, por grupo etário, na União Europeia



Fonte: EUROSTAT - NewCronos

Mais de metade do emprego no sector dos “Serviços”

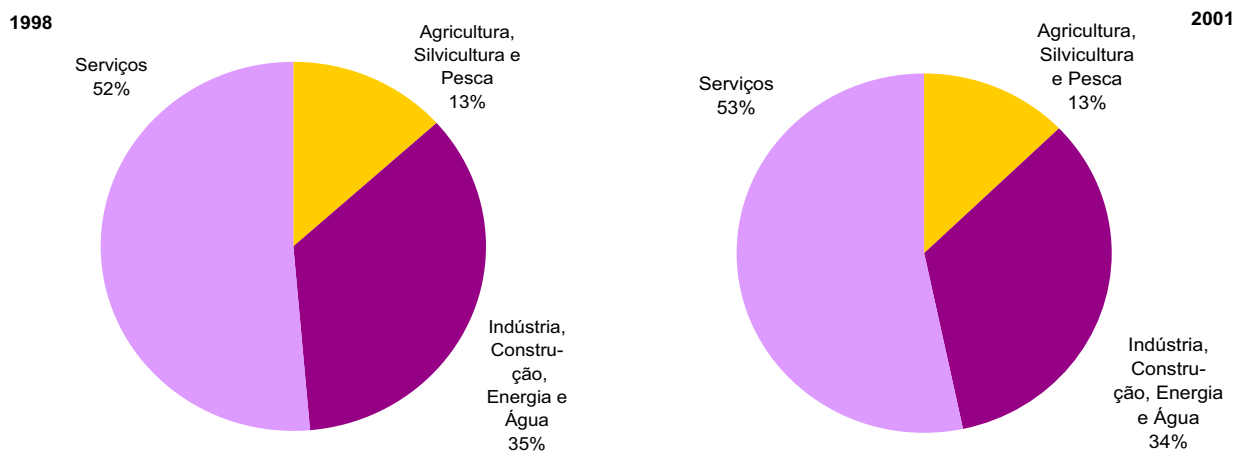
A desagregação do emprego por sector de actividade é reveladora da forte concentração do mesmo no sector dos “Serviços” (ver gráfico 4.6) e do papel deste na manutenção dos elevados níveis de crescimento do emprego (ver gráfico 4.7) verificados entre 1998 e 2001.

Estavam empregados no sector dos “Serviços”, em 2001, 2 714,2 mil indivíduos (53,2% do total do emprego), representando um crescimento face a 1998, em termos absolutos, de 218,1 mil indivíduos. Esta variação representa um crescimento médio anual de 2,8%, bastante superior aos 1,6% verificado no total do emprego.

Crescendo anualmente a uma média de 0,4%, o emprego na “Indústria, Construção, Energia e Água” passou de 1 714,7 mil indivíduos em 1998 para 1 734,2 em 2001, representando no último ano observado 34% do total do emprego. Neste período, o decréscimo do emprego na “Indústria Transformadora” foi mais que compensado pelo crescimento verificado na “Construção”.

Gráfico 4.6

Estrutura do emprego, por sector de actividade

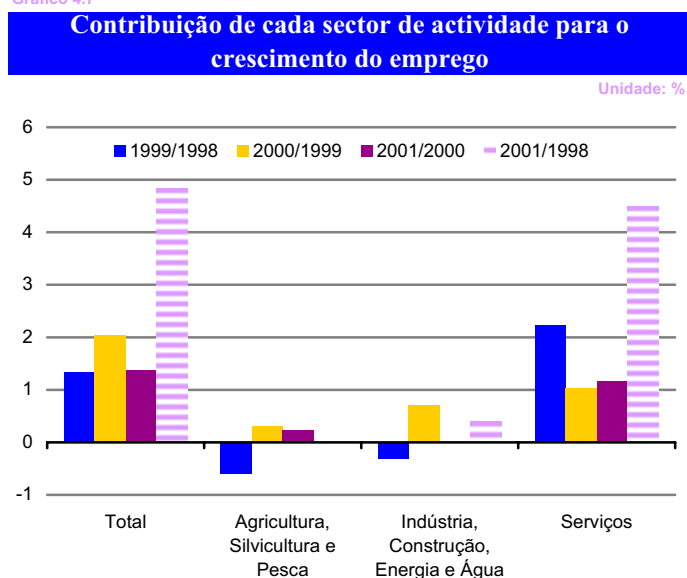


Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

O emprego na “Agricultura, Silvicultura e Pesca”, após o declínio em 1999 (-4,4%), apresentou variações sempre positivas (2,4% em 2000 e 1,8% em 2001) fixando-se, em 2001, nos 649,9 mil indivíduos. Este crescimento não foi, contudo, suficiente para recuperar o valor observado em 1998 (652,5 mil indivíduos).

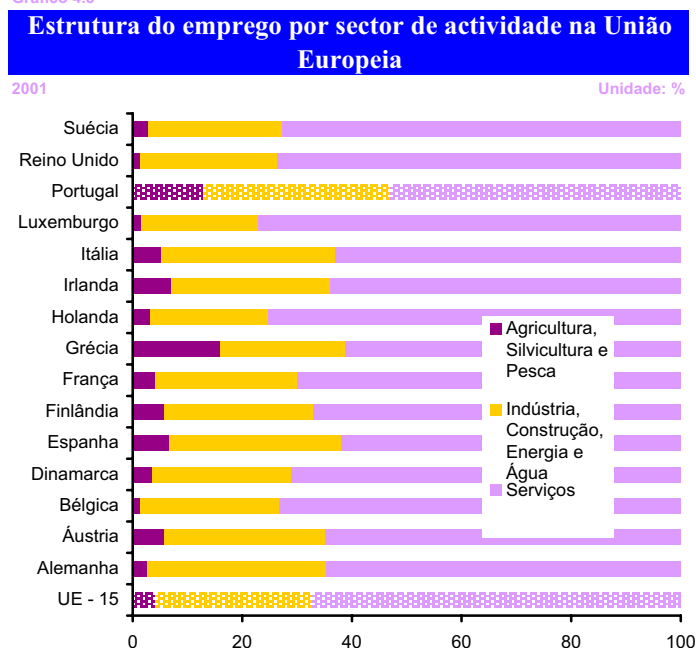
Saliente-se ainda que, em 2001, os “Serviços” absorviam mais de 60% do emprego feminino, enquanto que a “Indústria, Construção, Energia e Água” pouco mais de 20%.

Gráfico 4.7



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.8



Fonte: Eurostat - NewCronos

Na UE, em 2001, a “Agricultura, Silvicultura e Pesca” empregava 4,2% do total de trabalhadores, a “Indústria, Construção, Energia e Água” 28,6% e os “Serviços” 67,2%. A quase generalidade dos estados membros apresentava uma estrutura muito similar a esta (ver gráfico 4.8). Portugal e Grécia são os países que mais se afastam desta distribuição do emprego. A principal diferença é a elevada concentração do emprego na “Agricultura, Silvicultura e Pesca” (12,9% em Portugal e 16% na Grécia).

Para o facto de Portugal apresentar, quando comparado com os restantes países da UE, uma elevada proporção de indivíduos a trabalharem por conta própria contribui, indubitavelmente, a forte capacidade de criação de empregos por parte da “Agricultura, Silvicultura e Pesca”. Em 2001, 72,1% dos trabalhadores deste sector eram trabalhadores por conta própria (15,7% na “Indústria, Construção, Energia e Água” e 18,2% nos “Serviços”).

A situação não se alterou muito face ao verificado no ano anterior (68,5%, 14,9% e 17,8%, respectivamente). Em Portugal e em 2000, 23,3% do emprego assumia a forma de trabalho por conta própria. A Grécia apresentava a maior representatividade do trabalho por conta própria (32,4%). A média para a UE fixou-se nos 14,1%.

Em 2001, o número médio de horas habitualmente trabalhadas por semana situou-se nas 39,4 horas (41,2 horas nos homens e 37,3 horas nas mulheres). O período balizado entre 1998 e 2001 conheceu uma redução no número médio de horas

habitualmente trabalhadas por semana, verificando-se o maior decréscimo em 1999 (1,2%). Tal evolução resulta do efeito combinado do aumento da proporção de trabalhadores com jornadas semanais de trabalho entre 31 e 35 horas, da diminuição da proporção daqueles que trabalham mais de 40 horas semanais e da relativa estabilidade do peso dos trabalhadores que trabalham entre 36 e 40 horas semanais (54% em 2001). Apesar da diminuição no número médio de horas semanais habitualmente trabalhadas, o crescimento do emprego registado neste período possibilitou o incremento no número total de horas habitualmente trabalhadas.

Em qualquer dos anos observados, os trabalhadores por conta própria como empregador apresentaram sempre a maior duração média do horário de trabalho semanal.

Quadro 4.5

Evolução das horas habitualmente trabalhadas				
	1998	1999	2000	2001
Total de horas trabalhadas				
Taxa de variação (em %)	-	0,1	1,2	1,0
Distribuição das horas trabalhadas (em %):				
Até 10 horas	2,2	1,9	1,8	2,0
11-30 horas	10,8	11,0	11,0	10,7
31-35 horas	9,1	9,5	11,1	12,3
36-40 horas	49,7	53,5	53,9	54,0
mais de 40 horas	28,2	24,1	22,1	21,0
Número médio de horas semanais:				
Total	40,4	39,9	39,6	39,4
Homem	42,4	41,8	41,4	41,2
Mulher	37,7	37,5	37,5	37,3
Conta de outrem	39,7	39,3	39,3	39,3
Conta própria como isolado	40,1	39,5	39,0	37,8
Conta própria como empregador	49,3	48,7	48,4	48,3

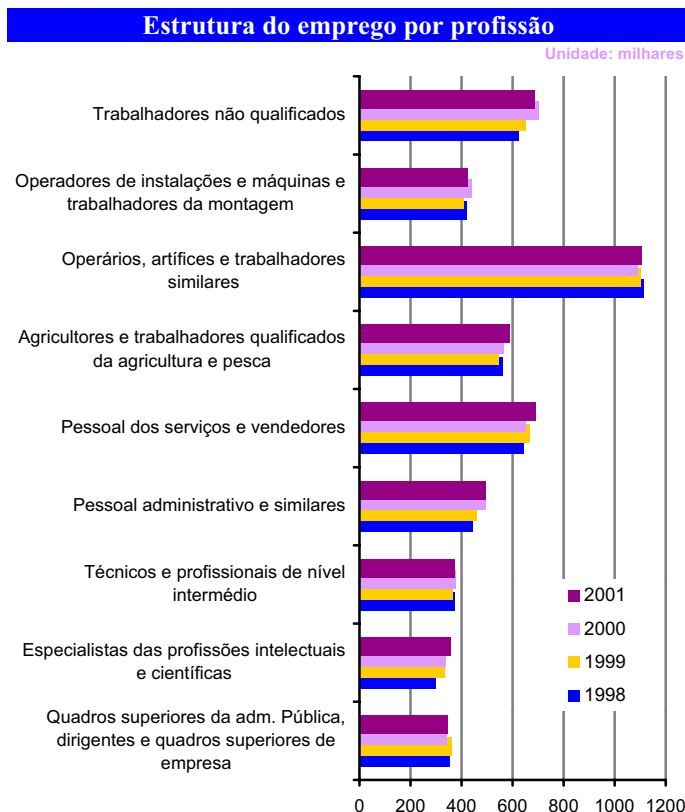
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A população empregada concentra-se nas profissões associadas a baixos níveis de qualificação e apresenta reduzidos níveis de habilitações escolares

Em 2001, as categorias profissionais mais representativas foram os “Operários, artífices e trabalhadores similares” (21,7% do total), o “Pessoal dos serviços e vendedores” (13,5% do total) e os “Trabalhadores não qualificados” (13,5% do total). As profissões com maiores níveis de proficiência, os “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” e os “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, empregavam, no seu conjunto, 13,8% do total de pessoas empregadas (6,8% e 7,0%, respectivamente).

O “Pessoal dos serviços e vendedores” foi o que mais contribuiu, em 2001, relativamente a 2000, para o crescimento verificado no emprego (mais 36,4 mil postos de trabalho). Os “Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca”, bem como os “Especialistas das profissões

Gráfico 4.9



Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

intelectuais e científicas”, apresentaram também uma participação muito activa na variação positiva verificada no emprego (mais 26,5 e 20 mil postos de trabalho, respectivamente).

A população empregada feminina classificada como “trabalhadores não qualificados” fixou-se, em 2001, nos 18,5% (mais 0,6 pontos percentuais que em 1998). Por outro lado, as mulheres são responsáveis por 61,9% do total de emprego de trabalhadores não qualificados (62,1% em 1998). O “Pessoal administrativo e similares” e o “Pessoal dos serviços e vendedores” também é constituído, na sua maioria, por mulheres (61,6% e 64,2% do emprego verificado nestas profissões, respectivamente). Tende a persistir um domínio dos homens na ocupação dos cargos de chefia, assegurando, em 2001, 68,7% dos “Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” (68,0% em 1998). Importa também realçar a predominância das mulheres ao nível dos “Especialistas das profissões intelectuais e científicas” (57,3% do total de empregados nesta categoria profissional).

A situação não se torna mais favorável quando se analisa os níveis de habilitações escolares da população empregada. Como podemos verificar pelo quadro 4.6, uma parte muito significativa dos trabalhadores portugueses (80,3% em 1998 e 78,2% em 2001) possui uma escolaridade que não ultrapassa o nível de escolaridade obrigatória.

Quadro 4.6

Emprego, segundo o nível de habilitação escolar				
	1998	1999	2000	2001
Até ao Básico - 3º ciclo	3 905,7	3 896,4	3 955,9	3 985,6
Secundário e Superior	957,6	1 032,3	1 072,9	1 112,8

Unidade: milhares

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

O forte crescimento do emprego que se verificou no período em análise não foi conseguido através de uma intensificação da utilização do emprego a tempo parcial (quando o período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal). Em 2001, 562,4 mil indivíduos trabalhavam (na sua actividade principal) com este tipo de duração de trabalho (crescimento de 5%, representando 27 mil trabalhadores, face a 1998). O emprego a tempo completo passou de 4 327,9 mil indivíduos em 1998 para 4 536 mil indivíduos em 2001, ou seja, registou um crescimento de 4,8%.

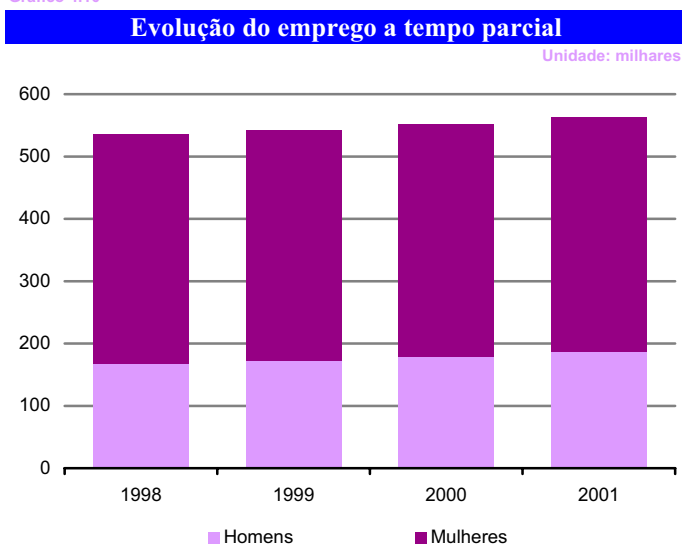
As ocupações a tempo parcial possuem uma expressão reduzida no mercado de trabalho português. Em 2001, bem como nos outros três anos em análise, 11% dos trabalhadores (16,4% no emprego feminino e 6,7% no masculino)

encontravam-se a laborar com um horário parcial.

O emprego a tempo parcial é essencialmente detido pelas mulheres, sendo responsáveis, em 2001, por 66,9% desta forma de emprego (menos 2 pontos percentuais face a 1998).

No que respeita aos sectores de actividade, este tipo de horário de trabalho, apresenta uma maior incidência no sector primário, seguindo-se o terciário e, por último, o secundário.

Gráfico 4.10



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Portuguesas são das que menos trabalham, na Europa, em tempo parcial

Os trabalhadores dos diferentes estados membros da UE utilizam com diferente intensidade o regime de emprego a tempo parcial. A Grécia, em 2000, dispunha da menor proporção de trabalhadores a laborarem com este tipo de horário (4,6%). O outro extremo era ocupado pela Holanda (41,2% no total, 19,3% nos homens e 70,6% nas mulheres). A utilização deste tipo de horário de trabalho pelos portugueses é bastante reduzida, uma vez que apenas 10,7% o utilizam, estando bem longe dos 18% da média europeia.

Esta situação é mais pronunciada no caso das mulheres (16,4%, quando a média europeia foi de 33,7%), estando atrás de Portugal apenas a Grécia (7,9%). Um período de trabalho com uma duração inferior à normal é entendido como uma situação involuntária para 26,7% das portuguesas que trabalham a tempo parcial (14,1% na UE). Saliente-se que apenas 3,1% das holandesas o entendem desta forma.

Os trabalhadores portugueses destacam-se na Europa pelo exercício de uma segunda actividade

Os trabalhadores portugueses apenas são ultrapassados pelos dinamarqueses e suecos em termos de exercício de uma segunda actividade. Enquanto que em Portugal, em 2000, 6,2% dos trabalhadores tinham uma segunda actividade, naqueles dois países a proporção era de 10,9% e 8,8%, respectivamente. A média da UE era de 3,5%. Esta realidade incide, em Portugal, de forma diferente entre homens (7,4%) e mulheres (4,8%). Na UE, esta diferença era praticamente inexistente (3,3% nos homens e 3,7% nas mulheres).

Apesar da evolução favorável do desemprego entre 1998 e 2000, o ano de 2001 ficou marcado por uma maior dificuldade na obtenção de uma colocação

O número de indivíduos afectados pelo desemprego em 2001 situou-se num nível inferior ao verificado em 1998. Contudo, o comportamento deste fenómeno no período analisado não foi uniforme, decrescendo em 1999 e 2000 e crescendo em 2001. A taxa de desemprego entre 1998 e 2001 conheceu um decréscimo de 0,9 pontos percentuais, passando de 5,0% para 4,1%.

Quadro 4.7

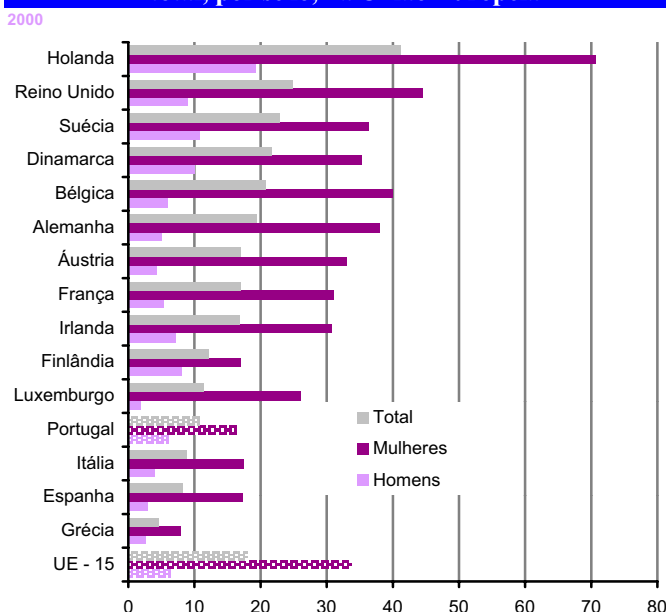
Evolução da população desempregada				
	1998	1999	2000	2001
Taxa de desemprego (%)	5,0	4,4	3,9	4,1
Homens	4,0	3,9	3,1	3,2
Mulheres	6,2	5,1	4,9	5,1
Número de desempregados (milhares)	253,7	226,7	205,6	215,6
Primeiro emprego	45,2	34,1	27,6	35,6
Novo emprego	208,4	192,6	178,0	180,0

Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

A diminuição verificada em 1999 e 2000 no número de desempregados deve-se à forte redução verificada no número de desempregados à procura de novo emprego. Em 2000, encontravam-se à procura de novo emprego 178 mil indivíduos, menos 14,6% que em 1998, representando 86,6% do total de desempregados. O forte crescimento verificado no número de desempregados em 2001 resulta da significativa variação positiva nos desempregados à procura do primeiro emprego. Esta evidência surge como consequência natural face ao crescimento da taxa de

Gráfico 4.11

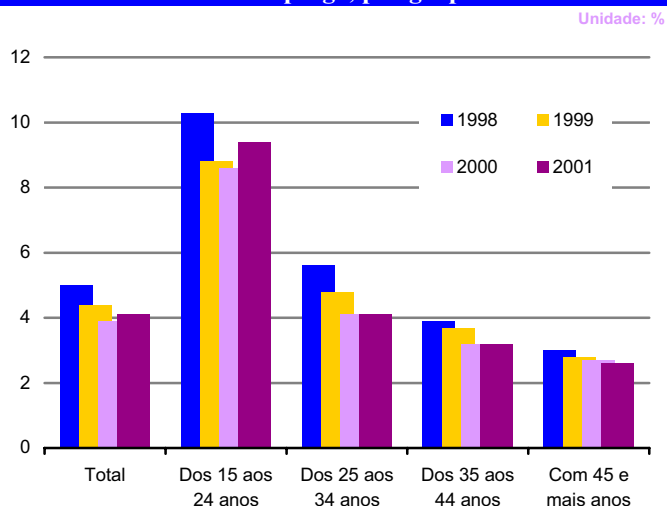
Emprego a tempo parcial com percentagem do emprego total, por sexo, na União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Gráfico 4.12

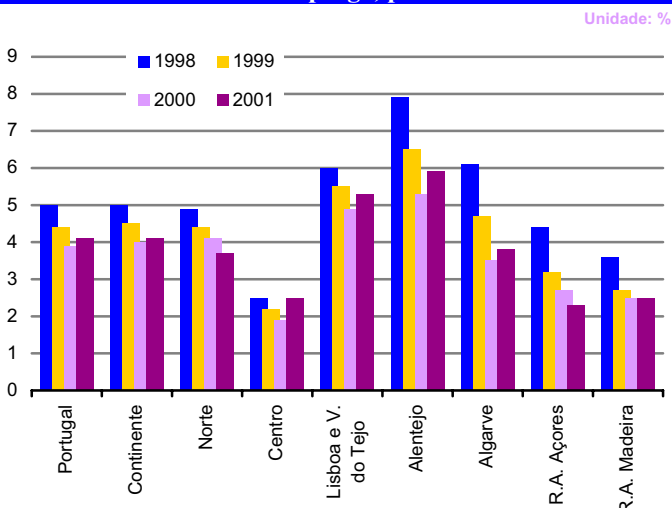
Taxa de desemprego, por grupo etário



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.13

Taxa de desemprego, por NUTS II



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

cabendo à região do Centro o menor valor. Os 4,1% tomados pela taxa de desemprego em Portugal resulta de diferenças que vão dos 5,9% da região do Alentejo aos 2,5% da região do Centro.

Ao longo do período em análise, o desemprego conheceu uma alteração significativa em termos da sua composição. Em 1998, o desemprego de longa duração (desempregados que procuram emprego há 12 ou mais meses) representava 45,5% do total do desemprego. A redução da taxa de desemprego, em 1999 foi acompanhada por uma redução do peso do desemprego de longa duração, fixando-se em 41,3%. A variação verificada nos dois anos seguintes foi de sinal oposto à variação da taxa de desemprego (um crescimento em 2000 para os 43,9% e uma redução em 2001 para os 40,5%).

No contexto europeu, Portugal, em 2001, apresentou uma das menores taxas de desemprego (3,9% quando a média da UE se fixou nos 7,6%). Apenas o Luxemburgo (1,8%), a Holanda (2,1%) e a Irlanda (3,6%) conheceram taxas de desemprego inferiores. A Espanha (13,0%), a Finlândia (10,3%) e a Grécia (10,2%) encontram-se particularmente afectados pelo fenómeno do desemprego. Na UE, o desemprego atinge com maior intensidade as mulheres (8,8%

desemprego no grupo etário dos 15 aos 24 anos (9,4% em 2001, que compara com 8,6% em 2000). Em qualquer dos anos observados, esta faixa etária foi sempre responsável por mais de 70% do total de desempregados que procuram uma primeira colocação.

O gráfico 4.12 permite constatar que o decréscimo na taxa de desemprego no período de 1998 a 2000 foi acompanhado por um igual comportamento desta taxa em todos os grupos etários. Em 2001, o grupo etário dos 15 aos 24 anos foi o único a apresentar uma subida da taxa de desemprego, passando de 8,6% em 2000 para 9,4% em 2001 (permaneceu constante nos grupos etários dos 25 aos 34 anos e dos 35 aos 44 anos, descendo inclusivamente nos indivíduos com 45 e mais anos).

A análise da taxa de desemprego por regiões permite concluir que existem certos desequilíbrios no funcionamento do mercado de trabalho português. A permanência ao longo do tempo das diferentes taxas de desemprego regionais poderá resultar da fraca mobilidade espacial dos trabalhadores portugueses, como consequência, designadamente, do débil funcionamento do mercado de arrendamento habitacional, e da difícil transportabilidade das competências adquiridas entre os diferentes postos de trabalho.

As regiões do Alentejo, de Lisboa e Vale do Tejo e do Algarve detêm, em qualquer dos anos observados, as maiores taxas de desemprego,

que compara com 6,6% nos homens). Existem, no entanto, algumas países onde a taxa de desemprego masculina excede a feminina (Reino Unido, Suécia e Irlanda). Na Alemanha, verificou-se uma igualdade entre estas taxas.

Quadro 4.8

Taxa de desemprego, por sexo, na União Europeia			
2001	Total	Homens	Mulheres
UE - 15	7,6	6,6	8,8
Bélgica	6,2	5,6	6,9
Dinamarca	4,2	3,6	4,8
Alemanha	7,8	7,8	7,8
Grécia	10,2	6,7	15,4
Espanha	13,0	9,0	18,9
França	8,6	7,0	10,5
Irlanda	3,6	3,8	3,5
Itália	9,6	7,4	13,0
Luxemburgo	1,8	1,6	2,2
Holanda	2,1	1,8	2,5
Austria	4,0	3,9	4,1
Portugal	3,9	3,0	5,1
Finlândia	10,3	9,9	10,8
Suécia	5,5	5,9	5,0
Reino Unido	4,7	5,2	4,1

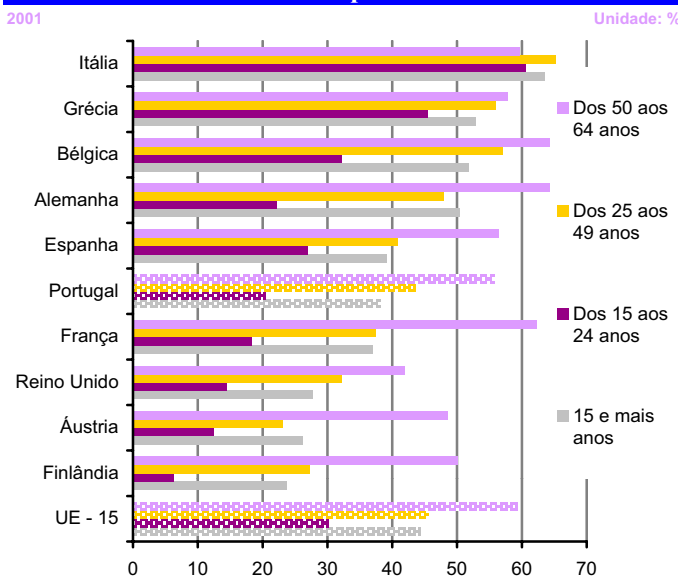
Fonte: Eurostat - NewCronos

Quando se compara com 1998, constata-se que neste período se efectivou uma melhoria nas condições de acesso das mulheres ao emprego. Neste ano, as taxas de desemprego masculina e feminina eram de 8,9% e 11,9%, respectivamente.

No que diz respeito à duração do desemprego, a Itália detém a maior proporção de desempregados de longa duração (63,4%), bastante acima do valor apurado para a UE (44,4%). Portugal encontrava-se numa posição intermédia (38,2%). O gráfico 4.14, indicia a existência de uma relação positiva entre a duração da procura de emprego e a idade do desempregado. Na UE, a proporção de desempregados de longa duração tomou o valor de 30,1% no grupo dos 15 aos 24 anos, 45,6% no grupo dos 25 aos 49 anos e 59,4% no grupo dos 50 aos 64 anos. Em Portugal, estas percentagens fixaram-se nos 20,4%, 43,5% e 55,8%, respectivamente. O desemprego de longa duração, em qualquer dos grupos etários considerados, tem maior expressão na Itália.

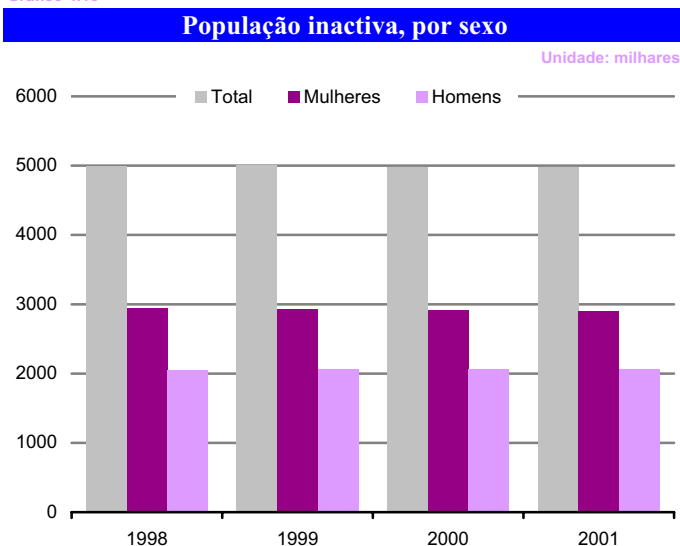
Gráfico 4.14

Desempregados de longa duração como percentagem do total, por grupo etário, em alguns países da União Europeia



Fonte: Eurostat - NewCronos

Gráfico 4.15



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Quadro 4.9

Estrutura da população inactiva

Unidade: milhares

	1998	1999	2000	2001
Total	4 998,8	5 003,1	4 982,2	4 980,5
Estudantes	1 689,0	1 661,7	1 666,3	1 660,2
Domésticos	761,6	709,2	691,6	679,5
Reformados	1 440,1	1 536,5	1 536,7	1 537,1
Outros inactivos	1 108,1	1 095,7	1 087,6	1 103,7

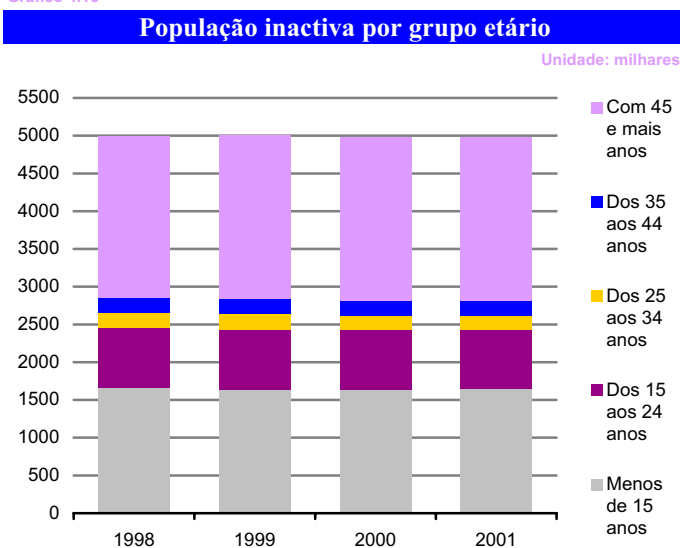
Fonte: INE - Inquérito ao Emprego

inactivos, os reformados 30,9%, os domésticos 13,6% e os outros inactivos 22,2%. Quatro anos antes a estrutura era idêntica: 33,8%, 28,8%, 15,2% e 22,2%, respectivamente.

Exceptuando os reformados, todas as outras categorias conheceram uma redução. O número de reformados, em 2001, fixou-se nos 1 537,1 mil indivíduos (mais 6,7% que em 1998). Os domésticos foram os que apresentaram o decréscimo mais acentuado (10,8% em termos relativos e 82,1 mil indivíduos em termos absolutos).

Face ao crescimento a que se assistiu no número de reformados, não se torna surpreendente o crescimento no número

Gráfico 4.16



Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Diminuição do peso das mulheres entre os inactivos

Em 2001, existiam 4 980,5 mil portugueses inactivos, sendo que 58,4% eram mulheres (58,9% em 1998). Entre 1998 e 2001, a população inactiva reduziu-se 0,4% , correspondendo a uma taxa média de variação anual de – 0,1%. O contingente do sexo feminino contribuiu de forma decisiva para este decréscimo (uma redução de 35,8 mil indivíduos contra o crescimento de 17,7 mil do sexo masculino).

A estrutura da população inactiva (ver quadro 4.9) manteve-se praticamente inalterada neste período. Os estudantes representavam, em 2001, 33,3% dos

de inactivos com 45 e mais anos (1,5% entre 1998 e 2001) e o reforço do seu peso no total dos inactivos (43,5% em 2001 que compara com 42,7% em 1998).

O decréscimo mais acentuado efectivou-se no grupo etário dos 35 aos 44 anos (-4,2%). Os inactivos com idade inferior a 15 anos constituem a segunda categoria mais representativa (33,1% em 2001), seguindo-se o grupo dos 15 aos 24 anos (15,6%).

A distribuição por sexo dentro de cada grupo etário faz-se de forma bastante diferenciada (em todos os anos em análise). Apenas nos inactivos com menos de 15 anos se observa um predomínio dos homens (51,2% em 2001). O grupo etário dos 35 aos 44 anos é aquele onde as mulheres adquirem um papel de maior destaque (80,3% do total).

OS SALÁRIOS

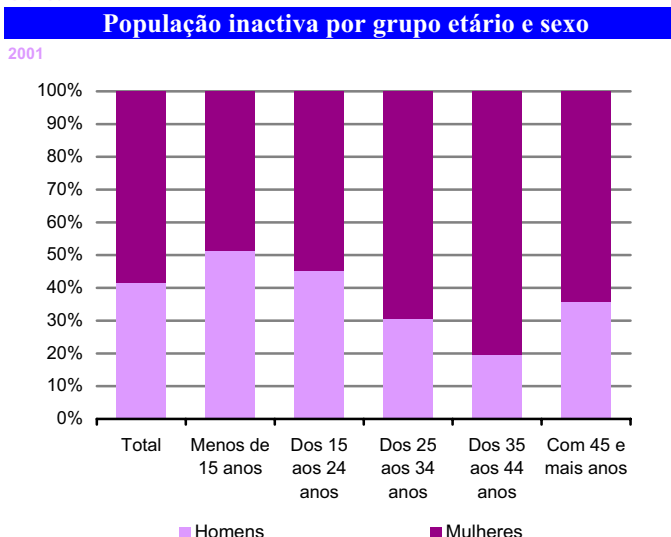
Custo do trabalho cresce acima da produtividade

O custo do trabalho no conjunto dos sectores de actividade cobertos pelo Índice de Custo do Trabalho⁵ cresceu em 2001, relativamente ao ano anterior, cerca de 4%, enquanto que a produtividade por empregado cresceu, em 2001, 0,3%, consistindo num decréscimo de 1,3 pontos percentuais face ao crescimento verificado no ano anterior. Quando se utiliza o número de horas totais trabalhadas e não o número de empregados para o cálculo da produtividade do trabalho, apura-se, para 2001, um crescimento de 1,5%. No período analisado, a taxa de crescimento do custo do trabalho foi superior à verificada na produtividade por empregado.

As estatísticas resultantes dos Quadros de Pessoal, da responsabilidade do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, revelam uma distribuição desigual entre homens e mulheres na repartição dos rendimentos do trabalho. A remuneração média mensal de base (no Continente) era, em 2000, de 613,66 euros, sendo de 667,01 euros para os homens e de 524,52 euros para as mulheres. Estas remunerações, em 1995, eram de 494,31, 545,23 e 417,24 euros, respectivamente. Entre estes dois momentos, assistiu-se a um crescimento contínuo desta remuneração (no total e em ambos os sexos).

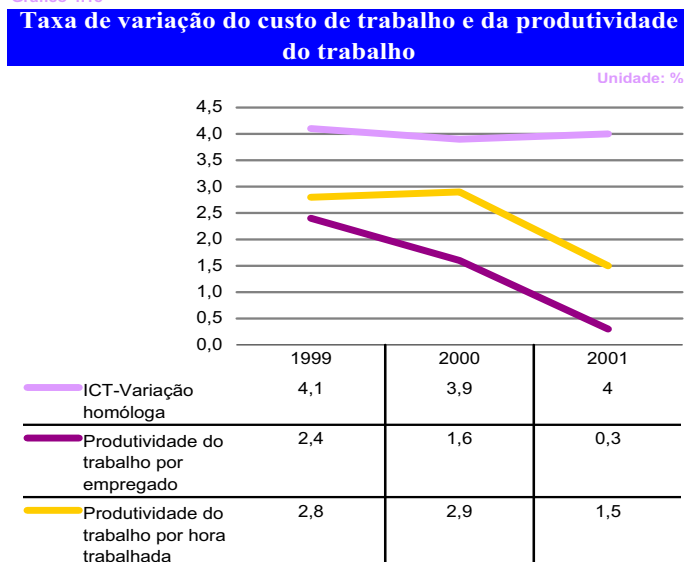
O ganho médio mensal, que inclui, para além da remuneração base, todos os subsídios com carácter regular e o pagamento de horas extraordinárias, fixou-se, em 2000, nos 731,68 euros. Este tipo de retribuição também atinge um maior valor nos trabalhadores do sexo masculino (821,04 euros, sendo 605,93 euros nos trabalhadores do sexo feminino). Quatro anos antes, o ganho médio mensal não ultrapassava os 600 euros. À semelhança do sucedido com a remuneração média mensal de base, o ganho médio mensal também cresceu de forma continuada entre 1995 e 2000.

Gráfico 4.17



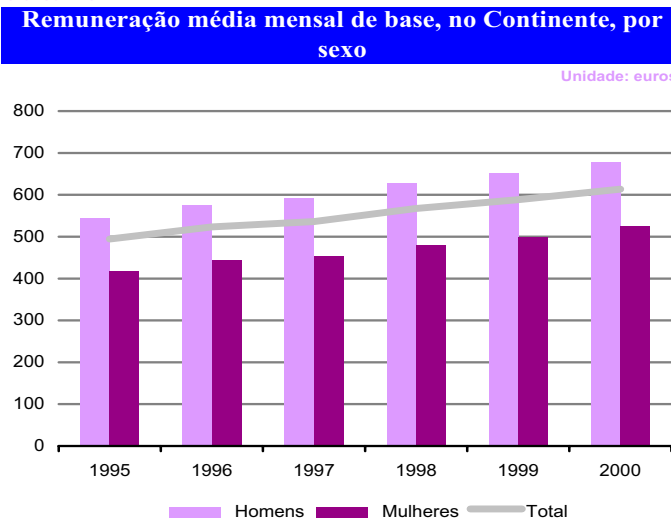
Fonte: INE – Inquérito ao Emprego

Gráfico 4.18



Fonte: INE – Índice do Custo de Trabalho e Contas Nacionais

Gráfico 4.19

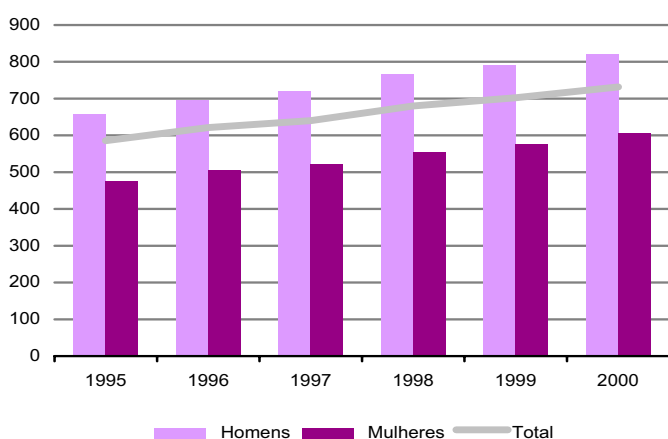


Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Gráfico 4.20

Ganho médio mensal, no Continente, por sexo

Unidade: euros



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Entre 1995 e 2000, a remuneração média mensal de base conheceu um crescimento de 24,1% (8,3% em termos reais), sendo inferior ao verificado no ganho médio mensal (24,9% em termos nominais e 9% em termos reais).

Tanto as remunerações como os ganhos, cresceram com mais ímpeto nos anos de 1996 e 1998

A maiores níveis de antiguidade na empresa parece estar associado um maior ganho médio mensal. Em 1999, os trabalhadores que se encontram há menos de um ano ao serviço (21,4%

Quadro 4.10

Taxas de variação da remuneração média de base e ganho médio mensal, no Continente

Unidade: %

T. variação	1996		1997		1998		1999		2000		1995/2000	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Remuneração média mensal de base												
Total	5,9	2,8	2,4	0,4	5,8	2,6	3,7	1,7	4,3	0,7	24,1	8,3
Ganho médio mensal												
Total	6,1	3,0	3,0	0,9	6,2	3,0	3,3	1,3	4,2	0,5	24,9	9,0

Fonte: DETEFP - Quadros de Pessoal

do total de trabalhadores) auferiam, em média, um ganho mensal de 553,33 (crescimento de 10,2%, em termos reais, face a 1995). Estes trabalhadores recebem um pouco mais de metade do ganho médio dos trabalhadores com maiores níveis de antiguidades (com 20 e mais anos).

Quadro 4.11

Número de trabalhadores e ganho médio mensal, segundo o escalão de antiguidade na empresa, no Continente

	1995		1999	
	Nº de trabalhadores (milhares)	Ganho médio mensal (euros)	Nº de trabalhadores (milhares)	Ganho médio (euros)
Total	1954	585,7	2166	
Menos de 1 ano	367	454,2	463	
De 1 a 4 anos	638	512,8	712	
De 5 a 9 anos	407	565,2	407	
De 10 a 14 anos	161	679,7	220	
De 15 a 19 anos	115	784,3	122	
Com 20 e mais anos	267	808,1	243	

Fonte: DETEFP - Quadros de Pessoal

Comparando 1995 com 1999, o grupo de trabalhadores com antiguidade entre os 5 e os 9 anos foi o que apresentou o maior crescimento real (14,1%). Apenas os trabalhadores com níveis de antiguidade entre os 10 e os 14 anos perderam poder de compra (decréscimo de 0,4% em termos reais).

A remuneração média mensal de base das mulheres representava, em 2000, apenas 77,5% da auferida pelos homens

Somente em 1996 e em 2000, na remuneração base e no ganho, e em 1999, no ganho, se verificou uma aproximação entre os rendimentos de trabalho das mulheres aos dos homens (gráfico 4.21). Em 2000, a remuneração média mensal de base das mulheres representava 77,5% da auferida pelos homens (mais 1 ponto percentual que em 1995). A diferença entre os rendimentos dos homens e das mulheres é superior no ganho médio mensal (73,8% em 2000, que compara com 72,2% em 1995).

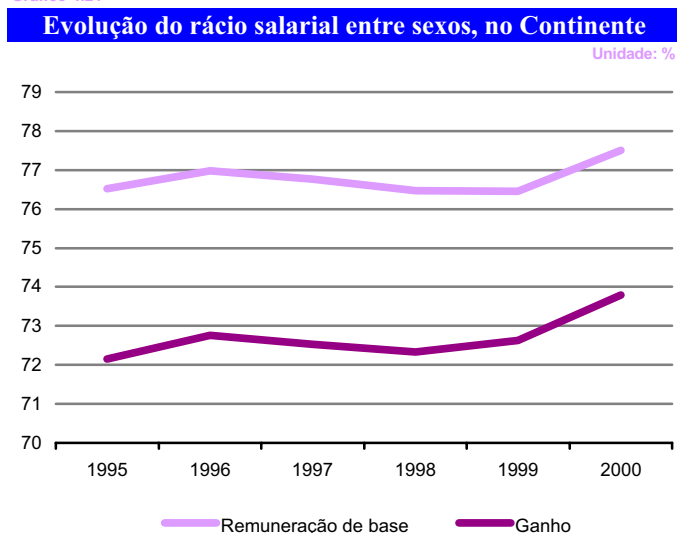
A diferença, referida anteriormente, entre as retribuições recebidas pelos homens e pelas mulheres, não resulta exclusivamente do sexo dos indivíduos. Variáveis como a idade, qualificação, nível de escolaridade, experiência no mercado de trabalho, antiguidade no actual posto de trabalho, bem como algumas características do próprio estabelecimento, têm certamente um papel importante na explicação desta diferença. O gráfico 4.22 tenta clarificar o efeito do nível de qualificação dos trabalhadores.

Em 2000, a maior aproximação dos rendimentos verifica-se na categoria “Praticante aprendiz” (94,8% na remuneração base e 93,5% no ganho), estando o maior fosso nos “Quadros superiores” (71% na remuneração base e 70% no ganho). Em qualquer das qualificações, a diferença entre rendimentos é sempre superior quando se considera o ganho médio mensal. Saliente-se a categoria “Profissões altamente qualificadas” pela forte discrepância entre remuneração base e ganho (6,6 pontos percentuais, quando no total se verificou 3,7 pontos percentuais).

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

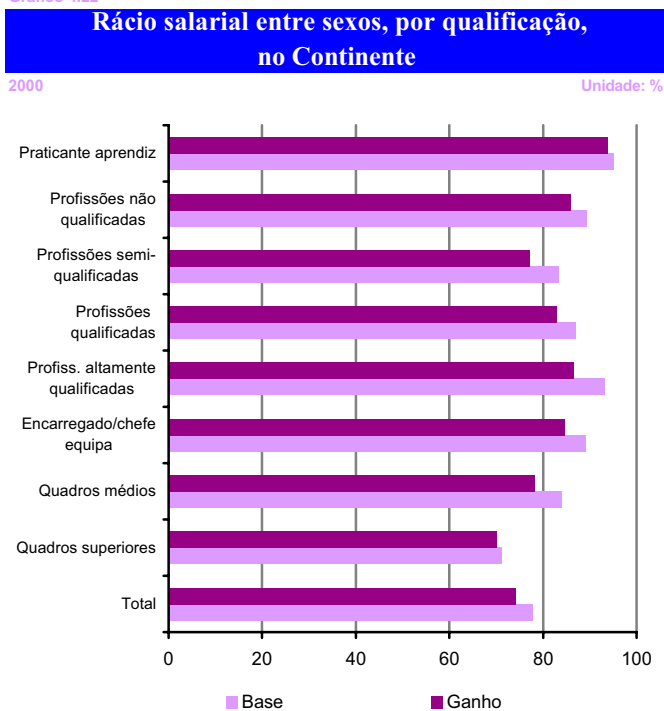
Os Instrumentos de Regulamentação Colectiva (IRC) continuam a desempenhar um papel importante na determinação e evolução dos rendimentos do trabalho. Em 2001, foram publicados 361 IRC, distribuídos por 1 portaria de regulamentação de trabalho, 238 contratos colectivos de trabalho, 22 acordos colectivos de trabalho e 100 acordos de empresa. O número total de IRC publicados neste ano representa o menor valor observado nos últimos quatro anos (371 em 1998 e 2000 e 388 em 1999).

Gráfico 4.21



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Gráfico 4.22



Fonte: DETEFP – Quadros de Pessoal

Quadro 4.12

Evolução dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva

	1998	1999	2000	2001
Instrumentos de regulamentação colectiva	371,0	388,0	371,0	361,0
Portarias de regulamentação de trabalho	0,0	3,0	1,0	1,0
Contratos colectivos de trabalho	264,0	262,0	245,0	238,0
Acordos colectivos de trabalho	23,0	18,0	22,0	22,0
Acordos de empresa	84,0	105,0	103,0	100,0
Número de trabalhadores abrangidos por alterações salariais	1 397,1	1 464,7	1 452,5	1 396,2

Fonte: MSST - Direcção-Geral das Condições de Trabalho

O número de trabalhadores abrangidos por estes instrumentos, em 2001, situou-se nos 1 396,2 mil o que, apesar do forte decréscimo no número de IRC publicados face a 1998, não representa um valor muito distante do registado naquele ano (1 397,1 mil trabalhadores).

O salário mínimo nacional, em 2001, foi fixado em 334,19 euros por mês, para o regime geral, e 320,73 euros para o pessoal do serviço doméstico. Em 1993 e 1994 verificou-se, em termos reais, uma queda do salário mínimo (regime geral), assistindo-se depois a um crescimento consistente até 2001.

Quadro 4.13

Evolução do salário mínimo nacional

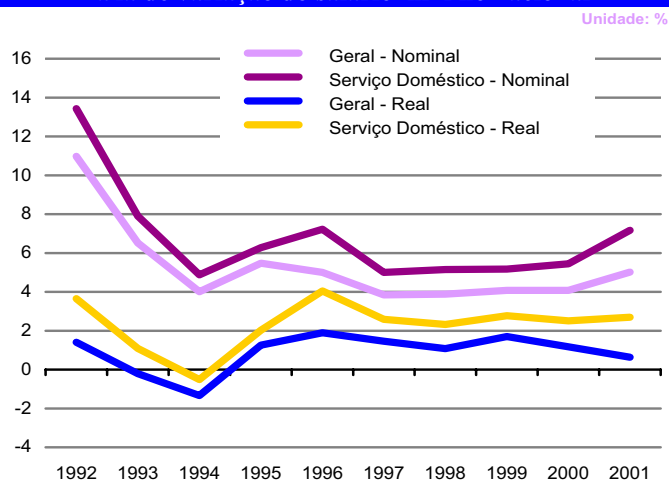
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Geral	200,0	222,0	236,4	245,9	259,4	272,3	282,8	293,8	305,8	318,2	334,2
Serviço Doméstico	167,1	189,5	204,5	214,5	228,0	244,4	256,6	269,8	283,8	299,3	320,7

Unidade: euros

Fonte: Diário da República (Decretos-Lei nº 14-B/91, 50/92, 124/93, 79/94, 20/95, 21/96, 38/97, 35/98, 49/99, 573/99, 313/2000)

Gráfico 4.23

Taxa de variação do salário mínimo nacional



Fonte: Diário da República (Decretos-Lei nº 14-B/91, 50/92, 124/93, 79/94, 20/95, 21/96, 38/97, 35/98, 49/99, 573/99, 313/2000)

Em 1996, conheceu-se o maior crescimento real (4% no serviço doméstico e 1,9% no regime geral). O crescimento, em 2001, ficou-se pelos 2,7% e 0,6%, respectivamente. Em qualquer dos anos observados, a taxa de variação (nominal e real) do salário mínimo para o pessoal do serviço doméstico foi sempre superior à do regime geral.

O quadro 4.14 apresenta as estimativas elaboradas pelo Eurostat referentes ao salário mínimo nacional vigente em 1 de Janeiro de 2001 em alguns estados membros da UE. Pelo facto de existirem diferenças entre os estados membros ao nível da cobertura, do método de determinação e ajustamento e da periodicidade (horária, mensal) do salário mínimo, dever-se-à ter algum cuidado quando se efectua uma comparação entre os diferentes valores. Refira-se, também, que estes valores não entram em linha de conta com os níveis de preços dos diferentes países.

Quadro 4.14

Salário mensal mínimo em alguns países da União Europeia	
	Unidade: Euro
	Em 1 Janeiro de 2001
Bélgica	1 118
Grécia	466
Espanha	506
França	1 083
Irlanda	945
Luxemburgo	1 259
Holanda	1 154
Portugal	390
Reino Unido	985

Fonte: Eurostat

Em 1 de Janeiro de 2001, Portugal, juntamente com a Grécia e a Espanha, tinham os menores salários mínimos (390, 466 e 506 euros, respectivamente). O Luxemburgo detém o salário mínimo mais elevado (1 259 euros).

Menor turbulência no mercado de trabalho nos últimos anos da década de 90

As greves constituem o instrumento por excelência utilizado pelos trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, encontrando-se devidamente integradas na legislação portuguesa. A informação que se apresenta não contempla as greves da Administração Pública e diz respeito apenas às greves clássicas, ou seja, as que implicaram paralisação durante o período normal de trabalho.

Após o período de maior convulsão laboral verificado no início da década de 90, assistiu-se a uma clara tendência de menor utilização deste instrumento reivindicativo. Entre 1995 e 2000, o número de greves conheceu uma redução de 11,3%, passando de 282 para 250. As greves de empresa foram responsáveis, em 2000, por 94,8% das greves realizadas, cabendo os restantes 5,2% às greves pluriempresa (greve que envolve mais que uma empresa).

A menor utilização das greves neste período apresenta uma expressão ainda maior quando se analisa o número de trabalhadores envolvidos. Em 2000, estiveram envolvidos 38 830 trabalhadores (mais 15,9% e menos 35,8% do que em 1998 e 1995, respectivamente), representando, em média, 155 trabalhadores por greve. O maior registo de trabalhadores em greves verificou-se em 1992 (189 895).

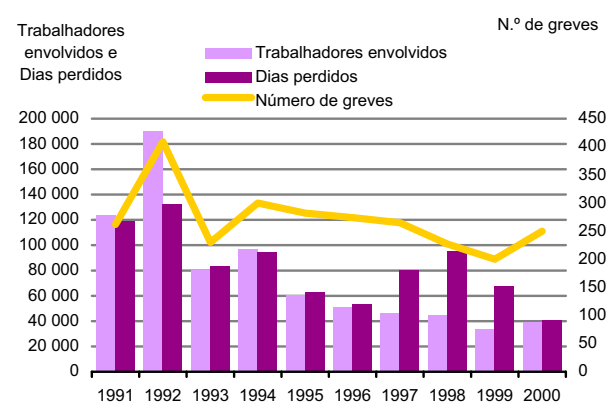
No que respeita ao número de dias perdidos como consequência das greves realizadas, verificamos que o seu comportamento não acompanha de perto o verificado nas duas variáveis já mencionadas. Apesar de, em 2000 e em 1999, se ter assistido a uma redução no número de dias perdidos, em 1997 e em 1998 verificou-se um forte crescimento (51,4% e 18,3%, respectivamente).

Analisando os diferentes tipos de reivindicação, constata-se a forte preponderância das questões salariais, representando no último quinquénio observado praticamente metade das greves realizadas. Em 2000, 16,9% das greves realizadas ficaram a dever-se a reclamações na área da duração do trabalho (mais 3,9 pontos percentuais face a 1995) e 8% a questões ligadas ao emprego (menos 8,2% do que em 1995). As outras reivindicações significativas contemplam a higiene e segurança (5,6%) e a regulamentação colectiva (12,5%).

A evolução do número de greves por sector de actividade económica é reveladora da forte propensão do sector das "Indústrias transformadoras" no desencadear deste tipo de acções sendo responsável, em 2000, por 48,8% das

Gráfico 4.24

Número de greves, de trabalhadores envolvidos, e número de dias perdidos, como consequência de greves efectuadas



Fonte: MSST - DETEFP

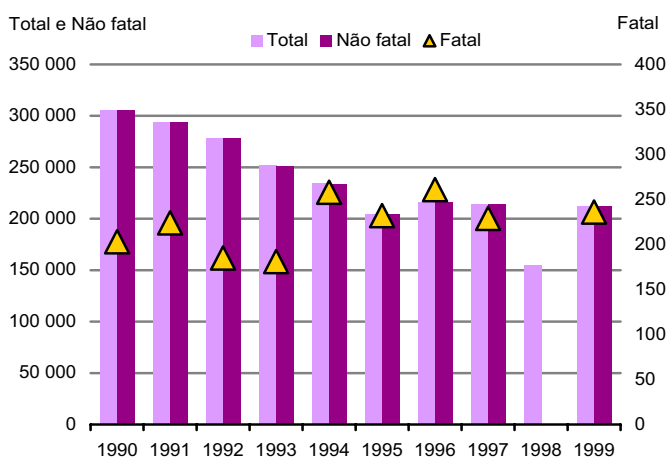
greves realizadas (66%, 59,9% e 77,4% em 1999, em 1998 e 1997, respectivamente). Dos restantes sectores de actividade, destaque-se o sector dos “Transportes, Armazenagem e Comunicações” (26,8%), o sector das “Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas” (9,6%) e o sector do “Comércio por Grosso, Retalho e Reparação de Veículos” (5,2%).

A maior influência destes sectores no movimento reivindicativo manifesta-se também em termos de número de trabalhadores em greve e dias de trabalho perdidos. Saliente-se que as duas greves realizadas ao longo do ano de 1999 (o mesmo número que em 1998 e em 1997) no sector da Pesca, implicaram um forte crescimento no número de dias de trabalho perdidos (em greves) neste sector, passando de 0,3 mil dias em 1998 para 19 mil dias em 1999. No ano seguinte, apesar de o número de greves neste sector ter permanecido constante, assistiu-se a um forte decréscimo no número de dias de trabalho perdidos (0,7 mil dias).

Gráfico 4.25

Acidentes de trabalho, segundo a consequência

Unidade: n.º



Nota: O valor apurado em 1998 resulta de um inquérito realizado junto dos estabelecimentos.

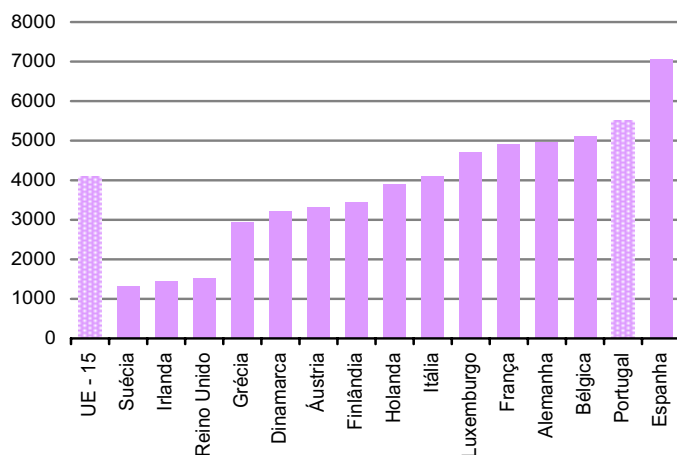
Fonte: MSST – DETEFP

acidentes mortais). No ano seguinte, efectuou-se uma ligeira recuperação (-0,8%), tendo-se verificado 214 097 acidentes não mortais e 229 mortais. Note-se, que a distinção entre mortal e não mortal diz apenas respeito ao sucedido no momento do acidente.

Gráfico 4.26

Número de acidentes de trabalho com paragem de mais de 3 dias de trabalho, por 100 000 empregados, na União Europeia

1998



Fonte: EUROSTAT - NewCronos

Portugal destaca-se na Europa por uma elevada incidência de acidentes de trabalho (que implicam paragem de mais de 3 dias de trabalho)

Os acidentes de trabalho aqui analisados não contemplam os acidentes de trajeto nem os ocorridos com os trabalhadores das Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia e Institutos Públicos, dizendo respeito apenas aos acidentes ocorridos com os trabalhadores por conta de outrem.

No primeiro quinquénio da década de 90, observou-se uma tendência de diminuição de ocorrência de acidentes de trabalho (204 273 acidentes em 1995, que compara com 305 512 em 1990). Em 1996, assistiu-se a um crescimento de 5,8% no número de acidentes de trabalho (5,8% nos acidentes não mortais e 12,5% nos

A utilização, em 1998, de uma diferente metodologia de apuramentos de resultados não permite uma comparação com os valores apresentados para os anos antecedentes.

Ao longo de 1999, ocorreram 212 177 acidentes de trabalho (236 mortais e 211 941 não mortais). Os sectores da “Indústria Transformadora” e da “Construção” foram responsáveis por 65,4% do total de acidentes sucedidos (42,5% e 22,9%, respectivamente).

Portugal, juntamente com a Espanha e a Bélgica, possuem a maior incidência de acidentes de trabalho que implicam paragem de mais de 3 dias de trabalho. Ao longo de 1998 ocorreram, em Portugal, 5505 acidentes deste tipo por 100 000 empregados (7 073 na Espanha e 5 112 na Bélgica).

PARA SABER MAIS...

Inquérito ao Emprego

O Inquérito ao Emprego é realizado, com recurso a técnicas de amostragem, junto das famílias residentes em Portugal. Tem por principal objectivo a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constitua um ponto de partida para a definição de políticas socio-económicas.

A amostra é constituída por uma subamostra da Amostra-Mãe, tendo como unidade estatística de amostragem o alojamento, embora o inquérito seja dirigido a agregados familiares e indivíduos. A Amostra-Mãe é uma amostra probabilística areolar, multietápica, criada pelo INE, a partir dos resultados dos Censos 91. A dimensão amostral é determinada tendo em atenção as directivas comunitárias.

O Inquérito ao Emprego é feito por entrevista directa a todos os indivíduos residentes no alojamento seleccionado, através de entrevistadores locais.

Abrange toda a população residente que não ocupe outro alojamento de forma permanente.

A periodicidade de divulgação de resultados é trimestral.

Em 1998, fez-se uma nova revisão metodológica que envolveu alterações ao questionário. Também a amostra sofreu uma revisão, com a redefinição da sua dimensão face às novas directivas comunitárias (regulamento 577/98).

Os dados retrospectivos divulgados na presente publicação têm por referência as estimativas da população calculadas a partir dos Censos de 2001, o que determinou que, à data de disponibilização desta publicação, estivesse apenas disponível, para análise, a série de dados desde 1998.

Índice de Custo do Trabalho

Os dados divulgados sobre o “Custo do Trabalho” resultam do inquérito “Índice de custo do trabalho” e referem-se ao conjunto dos ramos de actividade englobados nas “Indústrias extractivas”, nas “Indústrias transformadoras”, na “Produção e distribuição de electricidade, gás e água” e no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico” (Secções C, D, E e G). O ano base do indicador é 1995, sendo disponibilizado com uma desagregação por actividade económica, grupo profissional e região.

Ganhos Médios e Duração do Trabalho

A informação estatística referente a ganhos médios e duração de trabalho, tem a sua origem no Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (DETEFP/MSST).

Acidentes de Trabalho

As estatísticas sobre acidentes de trabalho assentam no respectivo conceito jurídico e são elaboradas a partir de mapas que as companhias de seguros enviam directamente ao Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e Solidariedade, de acordo com o Decreto Lei 362/93.

Notas

¹ Média anual das estruturas mensais da população, calculadas para efeitos de extrapolação do Inquérito ao Emprego.

² Para maior aprofundamento *vide* Capítulo da População.

³ Em virtude da diferente periodicidade do Inquérito à Força de Trabalho nos estados membros, o Eurostat, num esforço de compatibilização da informação, divulga os dados referentes ao segundo trimestre de cada ano e não um valor referente à média dos quatro trimestres (procedimento utilizado pelo Instituto Nacional de Estatística na divulgação de dados anuais). Desta forma, os valores atribuídos a Portugal nas comparações efectuadas ao longo do capítulo com os outros estados membros não coincidem necessariamente com os valores apresentados aquando da análise interna.

⁴ A taxa de emprego é aqui entendida como a relação entre os indivíduos empregados com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos e a população da mesma idade.

⁵ Os resultados deste indicador são representativos de cerca de 66% do emprego total da economia, assegurado pelas: “Indústria Têxtil, incluindo Vestuário”, “Indústria do Couro, incluindo o calçado”, “Fabricação de Material de Transporte”, “Indústrias Extractivas”, “Indústrias Transformadoras”, “Produção e Distribuição de Electricidade Gás e Água” e “Comércio por grosso e a retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico”.